

A AGENDA CHINESA PARA O G20

- O IMPULSO PARA O FINANCIAMENTO VERDE



GLOBALIZAÇÃO; CHINA; G20; ACORDO DE PARIS; FINANCIAMENTO VERDE; ECO-CIVILIZAÇÃO

Este ano, a China estreou-se na liderança dos trabalhos do **Grupo dos 20** (G-20), que tem, nestes primeiros dias de Setembro um ponto alto, com a Cimeira de Líderes em Hangzhou. O reforço do protagonismo internacional chinês, ancorado num novo élan do comércio internacional e de reformas estruturais sintetizadas numa "civilização ecológica", é uma ambição **anunciada**. A discussão em torno de avançar num sistema financeiro que acelere o investimento verde é uma novidade e, nas vésperas, da reunião de líderes, a China marca o ritmo.

Financiamento Verde

Os trabalhos preparatórios para a discussão da cúpula, o G-20 Green Finance Study Group, coordenado por China e Reino Unido e com a participação de mais de 80 representantes dos vinte países, culminaram num **relatório-síntese**, que identifica os principais desafios para o financiamento verde e elenca um conjunto de opções para maior **mobilização do capital privado para o financiamento verde**.

Esta manifestação da vontade chinesa em acelerar a capitalização do verde surge num momento mais difícil do ciclo económico, depois de duas décadas de forte expansão que catapultaram a China para o estatuto de segunda maior economia mundial. A verdade é que esse **modelo de crescimento**, à luz do que acontecera nas décadas/séculos anteriores a ocidente, assentou em práticas com externalidades muito negativas para o ambiente e **saúde pública**. Ao longo destes últimos 20 anos, a pressão internacional para uma alteração do modelo económico chinês tem vindo a acentuar-se, mas a verdade é que a China sinalizou – e vem concretizando – a transição para uma economia de baixo carbono, em que a capacidade de financiamento alargada ao capital privado é fundamental. Todavia, um dos maiores obstáculos resulta da dificuldade em definir quais os indicadores ambientais necessários para analisar a eficácia de políticas pró-financiamento verde, sobretudo atendendo à iniciativa "One Belt, One Road", que visa a conectividade de 60 países da Ásia, África e Europa.



Por isso, o Banco Central da China, juntamente com outras seis agências governamentais¹ e com aprovação do Conselho de Estado, publicou, a 31 de agosto, as “**Guidelines for Establishing the Green Financial System**”, que sublinham o primado de um **sistema financeiro verde** – mobilizar e incentivar o investimento em sectores verdes, em paralelo com restrições adicionais ao investimento em sectores “poluentes”.

Esta reorientação do modelo de negócio do sistema financeiro é determinante para a transformação da economia chinesa, tornando-a mais verde, promovendo o progresso tecnológico no âmbito da protecção ambiental e, afinal, acelerando o desenvolvimento de novas fontes de crescimento, reforçando, assim, o potencial de crescimento económico.

De acordo com estimativas do banco central chinês, os custos associados aos compromissos assumidos pela China em reduzir as emissões em termos absolutos a partir de 2030 envolvem um **investimento anual de 450 mil milhões de euros**, sendo que o governo central pode apenas financiar 15%, o que implica fontes alternativas (privadas) de financiamento.

Entre os incentivos mais convencionais preconizados nestas Orientações, destacam-se operações de **renegociação de créditos**, programas de **garantia para a economia verde**, **bonificação de taxas de juro** em empréstimos para financiar investimentos verdes e o lançamento de um **fundo nacional para o desenvolvimento verde**.

No que refere a instrumentos no seio do mercado de capitais, as Orientações indicam para uma unificação dos critérios para as obrigações verdes (*green bonds*), apoios para operações de aumento de capital via **Ofertas Públicas Iniciais**, no mercado primário ou secundário, desenvolvimento de índices de obrigações verdes e a imposição gradual de critérios para a prestação de **informação ambiental no que respeita a todas as empresas cotadas**. Relembre-se que a **China é o maior Mercado mundial de green bonds, com uma quota de 33%, correspondendo a um valor de 10 mil milhões de euros**.

Outro vetor que as Orientações enfatizam prende-se com o **papel dos governos locais** no desenvolvimento do sistema financeiro verde, seja através do estabelecimento de mecanismos de garantia e fundos de desenvolvimento verde, de modo a potencial o capital disponível para investimento verde.

Acordo de Paris e a Eco-Civilização

A importância que a China coloca no financiamento verde, colocando-a entre os temas de discussão prioritária do G-20, é indissociável da aprovação, em março passado, do **13º Plano Quinquenal** de desenvolvimento para o período **2016-2021**, já considerado como o princípio de uma transição para uma economia assente em energias limpas, com ar limpo e um maior protagonismo em afectar recursos escassos e conduzido por veículos não poluentes. O próprio primeiro-ministro Li Keqiang sintetizou “**temos de proteger o ambiente enquanto prosseguimos o desenvolvimento**”.

O conceito de eco-civilização é o fundamento estratégico, assente na ideia de harmonia entre o desenvolvimento económico e a conservação da natureza; pressupõe um novo

¹ Ministério das Finanças, Comissão para o Desenvolvimento e Reforma Nacional, Ministério da Protecção Ambiental, Comissão Reguladora do Sistema Bancário, Comissão Reguladora de Valores Mobiliários e Comissão Reguladora de Seguros

significado para o crescimento, dinamizando soluções eficazes para os muitos problemas ambientais e de saúde derivados do crescimento “desequilibrado” do período de civilização industrial.

Procurando romper com a (ex?) obsessão ocidental pelo crescimento do PIB, esta “civilização ecológica” promove um novo modelo industrial que seja referência para os países em desenvolvimento e dando azo a uma forte dimensão cultural.

Da teoria à prática, até que ponto a China pode acelerar esforços para construir essa eco-civilização e as metas de mitigação acordadas em Paris?

Além da crescente taxação de atividades associadas ao carvão, o **Sistema de Comércio de Emissões chinês** será uma elevada expectativa para o **segundo semestre de 2017** de modo a contribuir para as metas anunciadas há um ano em Paris.

Descarbonização – Estado de Arte do G-20

Num relatório da Climate Transparency divulgado nas vésperas da Cimeira de Líderes do G-20 a conclusão é clara: **as emissões não estão a desacelerar**

Na verdade, entre 1990 (ano-base de referência para as metas estabelecidas no Protocolo de Quioto para os países do Anexo 1), as **emissões de CO₂ associadas à energia aumentaram 56%**, ainda que tenham estabilizado, pela primeira vez, em 2014 e 2015.

Quanto à evolução das **emissões per capita associadas à energia**, a média era de **5.7tCO₂ em 2013**, com um crescimento inferior às emissões globais; mas as estimativas apontam para que essas emissões per capita tenham de baixar para 1 a 3 tCO₂ em 2050 para que o aumento da temperatura global fique significativamente abaixo de 2°C.

Quanto à **intensidade energética da economia** (medida pelo peso da oferta total de energia primária no PIB) e **intensidade carbónica** da economia (medida pelo peso das emissões de CO₂ no PIB), verificou-se uma redução de 18% e 27%, respetivamente, entre 1990 e 2013.

Sendo positiva, a verdade é que esta tendência decrescente é insuficiente para compensar o aumento da atividade económica, o que explica o aumento global das emissões de CO₂ entre as vinte economias mais desenvolvidas.

Finalmente, a **utilização das energias renováveis** aumentou 18% desde 2008; Brasil e Indonésia têm a quota mais elevada de energia renovável no total da oferta de energia primária, com enfoque na hidroeletricidade; seguidos pela Índia, um dos líderes no segmento da biomassa.

Entre 2000 e 2013, os países do G-20 investiram uma média anual de 371 mil milhões de dólares no sector eléctrico, evidenciando-se as energias renováveis (117,78 mil milhões de dólares/ano). **As estimativas indicam que para um tecto de 2°C no aumento da temperatura global, o défice de investimento no sector eléctrico será de 340 mil milhões de dólares/ano em 2035**, o que implicaria uma duplicação do investimento para a maioria dos países em desenvolvimento do G-20 (triplo no caso da África do Sul e da Índia).

